

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E vão engrossar a obstrução

Parlamentares reclamam que o Ministério do Turismo perdeu o orçamento que teve no passado e o das Comunicações ficou sem a Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom). Além disso, muitos deputados da bancada defendem que é hora de rachar de vez com o governo “que não os trata bem”. Soma-se a tudo isso o fato de 70% da bancada terem assinado a urgência para tramitação do PL da anistia. Assim, forma-se um clima de confronto sem retorno entre os deputados do partido, muitos dispostos a seguir a obstrução puxada pelo líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ).

Holofotes para Vinicius

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, foi orientado a “mergulhar” e deixar que o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, detalhe tudo o que será feito daqui para frente. O ensaio geral foi ontem, com a entrevista do comandante da CGU sobre a Operação Sem desconto, que prometeu ressarcir as retiradas não autorizadas nas aposentadorias. Vinicius frisou, várias vezes, que a missão do governo é proteger os aposentados e pensionistas.

Mira no Lupi

A oposição volta suas baterias para o ministro da Previdência. Entre os mais aguerridos, a frase é: “Essa história (dos descontos nas aposentadorias) está apenas começando”.

Jogada de risco

A intenção do PL em obstruir as votações na Casa será no sentido de tentar mostrar quem está com Jair Bolsonaro e quem não está. Esta é a forma de tentar levar essa “greve” além do PL. Até aqui, com a maioria da Câmara dedicada a outros temas, o partido do ex-presidente tem feito barulho, mas sem atingir um número suficiente para paralisar os trabalhos. A tendência é continuar nessa toada.

Assumiu, mas não resolveu

Ao dar posse a Frederico de Siqueira Filho no cargo de ministro das Comunicações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez questão de passar a ideia de que está tudo bem entre seu governo e o União Brasil, mas nada está resolvido. No partido, muita gente reclama que “o governo cobra uma lealdade do partido sem reciprocidade” em relação à importância dos ministérios. Nos bastidores, parlamentares reclamam que as pastas dadas ao União não têm dinheiro porque, agora, está tudo concentrado na mão do ministro da Casa Civil, Rui Costa. O petista é citado em conversas reservadas como aquele que manda nos recursos que sobram, depois do pagamento das emendas. Não é muito, mas dá um poder danado ao ministro.



Agora vai

Os líderes acertaram incluir na pauta o projeto relatado pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que modifica a legislação das concessões e parcerias público-privadas, as PPPs. Uma das mudanças é no sentido de permitir que as concessionárias possam interromper os serviços em caso de inadimplência pecuniária da administração pública.

CURTIDAS

Toma que o filho é teu/ O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ, **foto**), fez questão de ir à tribuna da Câmara e dizer que o escândalo do INSS sobre os descontos para abastecer o caixa de associações e sindicatos começou no governo de Jair Bolsonaro. “Foi a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal do governo Lula que desbarataram a quadrilha”, apontou.

Clima terrível.../ A sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados acabou cancelando a ordem do dia da Câmara — e não o inverso. O motivo, de acordo com o PSol, era a votação do recurso contra a cassação de Glauber Braga (PSol-RJ). Sem votação no plenário, a ponderação do deputado foi votada e indeferida na CCJ. “Parece que a ‘ordem’ aqui é manipular para tentar cassar”, disse o deputado Chico Alencar (PSol-RJ).

...mas há esperança/ O PSol ainda acredita que a cassação possa ser evitada no plenário. Já há partidos com receio de que o caso de Glauber abra um precedente que acabe atingindo outros partidos.

Condolências/ O embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, que não irá a Roma, fez questão de assinar o livro de condolências pelo falecimento do papa Francisco. Em bom português, escreveu começando em latim: “Franciscus, sabemos que estás na Casa do Pai. Continue intercedendo e orando pelo povo e pela paz”.

Por falar em Roma.../ A comitiva brasileira, composta por 18 pessoas, já foi avisada de que a viagem é para um velório e não para uma festa. Portanto, sobriedade nas vestimentas e no comportamento é fundamental.

PODER

Ministro do STF rejeita recurso e ordena a detenção do ex-presidente. Defesa afirma que cliente se apresentará à Justiça

Moraes manda prender Collor

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, ontem, todos os recursos apresentados pela defesa do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor de Mello e determinou o cumprimento da prisão imediata dele. Caberá ao plenário da Corte referendar a decisão a partir de hoje.

Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão em regime fechado, em um desdobramento da Operação Lava-Jato. Moraes requereu ao presidente do STF a convocação de sessão virtual extraordinária para referendar a decisão, sem prejuízo do início imediato do cumprimento da pena. A análise foi marcada para esta sexta-feira, das 11h às 23h59.

Conforme a decisão, ficou provado que Collor, com a ajuda dos empresários Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, recebeu R\$ 20 milhões para viabilizar irregularmente contratos da BR Distribuidora

com a UTC Engenharia para a construção de bases de distribuição de combustíveis.

A denúncia contra Collor foi apresentada em 2015 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em processo da força-tarefa. A vantagem teria sido dada em troca de apoio político para indicação e manutenção de diretores da estatal.

O STF já havia rejeitado recursos em que o ex-presidente alegava que a pena não seria correspondente ao voto médio apurado no plenário. Na nova ação, o argumento é de que deveria prevalecer, em relação à extensão da pena (dosimetria), os votos vencidos dos ministros André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

No entanto, Moraes considerou que esse tipo de recurso só é cabível quando há, pelo menos, quatro votos absolutórios próprios, o que não ocorreu no caso, mesmo se forem considerados os delitos de maneira isolada.

O ministro explicou que, em relação à dosimetria, o Supremo tem entendimento consolidado

Ana Rayssa/CB/D.A Press



Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção, a partir de investigação na Lava-Jato



Quanto ao caráter protelatório do recurso, a defesa demonstrou que a maioria dos membros da Corte reconhece seu manifesto cabimento. Tais assuntos caberiam ao plenário decidir, ao menos na sessão plenária extraordinária já designada para a data de amanhã (hoje)

Trecho da nota da defesa de Collor

de que esse tipo de divergência não viabiliza a apresentação de embargos infringentes.

“A manifesta inadmissibilidade dos embargos, conforme a jurisprudência da Corte, revela o caráter meramente protelatório dos infringentes, autorizando a certificação do trânsito em julgado e o imediato cumprimento da decisão condenatória”, afirmou.

Na mesma decisão, o ministro também rejeitou recursos dos demais condenados e determinou o início do cumprimento das penas de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, sentenciado a quatro anos e um mês de reclusão, em regime inicial semiaberto, e das penas restritivas de direitos impostas a Luís Pereira Duarte Amorim.

“Preocupação”

Em nota, a defesa de Collor disse ter recebido “com surpresa

e preocupação” a decisão de Moraes, “que rejeitou, de forma monocrática, o cabível recurso de embargos de infringentes”.

“Ressalta a defesa que não houve qualquer decisão sobre a demonstrada prescrição ocorrida após trânsito em julgado para a Procuradoria-Geral da República. Quanto ao caráter protelatório do recurso, a defesa demonstrou que a maioria dos membros da Corte reconhece seu manifesto cabimento. Tais assuntos caberiam ao plenário decidir, ao menos na sessão plenária extraordinária já designada para a data de amanhã (hoje)”, diz o comunicado.

Também conforme a defesa, “o ex-presidente Fernando Collor irá se apresentar para cumprimento da decisão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, sem prejuízo das medidas judiciais previstas”. **(Com informações do STF)**

Boric elogia Supremo

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente do Chile, Gabriel Boric, afirmou, ontem, que o Brasil é um exemplo mundial na defesa da democracia contra a desinformação, destacando a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no episódio envolvendo a suspensão da plataforma X (antigo Twitter). A declaração foi dada durante a participação dele no evento Democracia y comercio: aislacionismo versus cooperación”, na Universidade de Brasília (UnB).

Na visita, Boric elogiou a postura do Judiciário brasileiro frente às grandes corporações tecnológicas, referindo-se à decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que determinou a suspensão do X, em agosto de 2024. A medida foi tomada após a empresa descumprir ordens judiciais e se recusar a nomear um representante legal no país.

“No Brasil, respeitam-se as regras nacionais, independentemente do poder que tenha uma corporação multinacional. Esse papel que o Judiciário desempenhou em defesa da democracia contra a desinformação é um exemplo mundial. O que foi feito ali é realmente valioso”, frisou Boric.

O presidente chileno também abordou a importância da soberania digital e da colaboração internacional no desenvolvimento de tecnologias que respeitem as diversidades culturais e linguísticas.

Ele mencionou o acordo firmado entre o Chile e o Brasil para criar um modelo de linguagem comum em inteligência artificial. “Isso também é soberania, não a velha soberania entendida em termos de limites nacionais. Hoje, os desafios que temos não são exclusivamente nacionais”, destacou.